

Uma aproximação entre a Teoria Geral de Keynes e a Teoria do Desenvolvimento Econômico de Schumpeter

*An approximation between Keynes' General Theory
and Schumpeter's Theory of Economic Development*

DOI: <https://dx.doi.org/10.26694/2764-1392.3734>

Gabriel Santos Perillo¹

Francisco Prancacio Araújo de Carvalho²

Resumo: Keynes e Schumpeter são tradicionalmente vistos como antagonistas entre si pela academia. Opondo-se à essa ideia, propõe-se a questão: independentemente de haverem algumas divergências teóricas entre eles, é possível aproximá-los num pensamento híbrido sobre política econômica? Assim, o objetivo geral neste artigo é apresentar alguns dos aspectos comuns entre as teorias de Keynes e Schumpeter que corroborem para um alinhamento conjunto de suas ideias. Para tanto, essa pesquisa, de natureza básica e exploratória, visa uma análise teórica e à sugestão de um novo enfoque, adotando como procedimento bibliográfico a contraposição da *Teoria Geral do Emprego, do Juro e da Moeda* de Keynes com a obra *Socialismo, Capitalismo e Democracia* que corresponde à Teoria do Desenvolvimento Econômico de Schumpeter. Os resultados da pesquisa apontam para a convergência entre os referidos autores, o que pode colaborar para a expansão da abrangência teórica de suas obras, bem como melhorias quanto à eficácia e a capacidade de manutenção das políticas econômicas governamentais como promotoras de crescimento e de desenvolvimento.

Palavras-chave: Crescimento econômico; Desenvolvimento econômico; Keynes; Política econômica; Schumpeter.

Abstract: Keynes and Schumpeter are traditionally seen as antagonists to each other by the academy. In opposition to this idea, we propose the question: regardless of there being some theoretical divergences between them, is it possible to bring them together in a hybrid way of thinking about economic policy? Thus, the general objective in this article is to present some of the common aspects between the theories of Keynes and Schumpeter that corroborate for a joint alignment of their ideas. Therefore, this research, of a basic and exploratory nature, aims a theoretical analysis and at the suggestion of a new focus, adopting as a bibliographic procedure the contrast between Keynes's *General Theory of Employment, Interest and Money* with the work *Socialism, Capitalism and Democracy* that corresponds to Schumpeter's Theory of Economic Development. The research results point to the convergence between the aforementioned authors, which can contribute to the expansion of the theoretical scope of their studies, as well as improvements in the effectiveness and maintenance capacity of government economic policies as promoters of growth and development.

Keywords: Economic growth; Economic development; Keynes; Economic policy; Schumpeter.

Artigo recebido em 28/2/2022. Aceito em 5/6/2023.

¹ Bacharel em Ciências Econômicas pela Universidade Federal do Piauí (UFPI).

E-mail: perillogabriel@yahoo.com.br; ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-5204-3593>

² Doutor em Desenvolvimento e Meio Ambiente (REDEPRODEMA) pela UFPI. Docente no Departamento de Ciências Econômicas da UFPI. E-mail: prancacio@ufpi.edu.br; ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-9025-6880>

Introdução

Ao longo da História do Pensamento Econômico, diferentes correntes teóricas emergiram. Cada uma com suas próprias contribuições e fruto de contexto histórico-cultural particular. Em função disso, muitas delas apresentam divergências quanto a determinados fenômenos da vida econômica ou mesmo quanto às premissas adotadas em suas teorias.

Essas premissas reduzem a realidade econômica a um conjunto de regras e lógica dos modelos teóricos necessário para a formulação prática de suas proposições. Contudo, tal fenômeno reducionista da realidade pode significar a produção de um modelo teórico com pouco apelo empírico. Ou ainda, pode produzir teorias que se mostrem limitadas em abrangência temporal, quando o modelo teórico se torna obsoleto com o passar do tempo, ou em abrangência espacial, quando o modelo teórico não representa de maneira verossímil a realidade econômica de outros espaços geográficos.

Keynes e Schumpeter escreveram a maior parte de suas obras num contexto histórico bastante fértil: a primeira metade do século XX. Ambiente esse marcado pela ascensão de regimes políticos autoritários na Europa e pela eclosão e resolução das duas Guerras Mundiais – fatos históricos que ameaçaram paradigmas teóricos pautados na noção de equilíbrio. O ambiente também é marcado pela quebra da bolsa de Nova Iorque, em 1929, e por forte oscilação no nível de emprego nas economias estadunidense e inglesa – fatos históricos que colocaram em xeque o paradigma teórico da racionalidade dos agentes econômicos e a noção de que a plena mobilidade de fatores garantiria o pleno emprego. Ademais, tratou-se de um momento em que as Ciências Econômicas ainda viria a consolidar a transição metodológica iniciada por Léon Walras e Alfred Marshall, com ênfase na construção de modelos algébricos e explicação matemática das teorias econômicas – como percebido pelo pouco foco quantitativo de Keynes em sua obra e de argumentos algébricos na obra de Schumpeter.

Vale destacar que Keynes tem formação teórica inicialmente ortodoxa, como nota-se em Tratado sobre Moeda de 1930. Quanto à Schumpeter, o próprio autor é defensor do pensamento ortodoxo, em linhas gerais, mas crítico do elemento estático da teoria econômica descrita pelos autores clássicos. Entretanto, os fatos históricos de suas épocas foram de encontro às principais premissas da teoria econômica neoclássica e, frente a este descompasso entre a realidade presente e a teoria, tanto Keynes quanto Schumpeter propuseram modelos teóricos que, em certos aspectos, se afastaram das teorias que marcaram suas formações acadêmicas.

Keynes (1996) destacou logo nas primeiras páginas de sua *Teoria Geral do Emprego, do Juro e da Moeda*, de 1936, que muitas das premissas do pensamento clássico – *mainstream* teórico de sua época e parte de sua própria formação acadêmica e de trabalhos iniciais – seriam criticadas por ele no livro. O autor expressou que essas premissas representam um caso especial de funcionamento da economia, quando há pleno emprego de recursos produtivos. Nesse sentido, sua própria teoria era o caso geral, quando não há pleno emprego de recursos e, portanto, existem fatores produtivos ociosos na economia (KEYNES, 1996). Assim, uma das principais preocupações da Teoria Geral de Keynes foi metodológica, pois não se concentrou apenas na apresentação de um modelo teórico que substituísse o anterior, mas também propôs uma alternativa para se pensar a teoria econômica – no paradigma da ociosidade de recursos.

Schumpeter (1997) em sua *Teoria do Desenvolvimento Econômico*, de 1911, discute a verificação da validade de uma teoria. Segundo o autor, toda ciência reduz o seu campo de análise a alguns problemas fundamentais limitados e bem definidos para que seja possível a produção de modelos teóricos explicativos minimamente coesos. Contudo, em seu entendimento, por vezes, há a verificação de que os dizeres ou projeções de uma teoria econômica não correspondem efetivamente ao que se manifesta na realidade empírica. Isso pode acontecer em razão de dois tipos de mudanças. Uma delas se dá fora daquele conjunto de problemas fundamentais que a teoria econômica delimitou para embasar sua análise – por exemplo, quando há uma guerra, um problema fundamental da Ciência Política, que afeta o nível de preços mundial, que é um problema fundamental das Ciências Econômicas. A segunda delas ocorre exatamente dentro do conjunto de problemas fundamentais das próprias Ciências Econômicas.

Para Schumpeter (1997), quando o descompasso entre teoria e realidade decorre de uma mudança nos dados que não fazem parte do conjunto de problemas fundamentais da teoria econômica, não é plausível afirmar que essa era falha – já que houve transformação no conjunto de elementos externos da economia e não se pode exigir que os economistas dominem todas as áreas de conhecimento. Entretanto, quando a teoria econômica falha em explicar a realidade por mudança ocorrida nos dados do conjunto de problemas fundamentais da economia, nesse caso sim, pode-se dizer que é uma teoria falha/errada. E, para o autor, a incapacidade da teoria econômica *mainstream* de sua época de explicar o que ele próprio chama de Desenvolvimento decorre exatamente de uma falha na teoria clássica quanto à análise da inovação dentro do processo produtivo – o que evidencia, na *Teoria do Desenvolvimento Econômico* de Schumpeter, uma preocupação metodológica, nesse aspecto analogamente à Keynes.

Para melhor compreender os aspectos que serão apontados e fortalecer as reflexões propostas sobre o conhecimento econômico em Schumpeter e Keynes, no presente artigo assume-se como questão norteadora: independentemente de haverem algumas divergências teóricas entre eles, é possível aproximá-los num pensamento híbrido sobre política econômica? Na busca de solução para esse problema, o objetivo geral é apresentar alguns dos aspectos comuns entre as teorias de Keynes e Schumpeter que corroborem para um alinhamento conjunto de suas ideias e, especificamente, apontar ponderações sobre a natureza e a capacidade da política econômica a partir das convergências de elementos de ambos os autores.

Como instrumento para solução do problema em pauta, seguiu-se o enquadramento exposto Prodanov e Freitas (2013), uma pesquisa básica quanto à sua natureza, pois produz conhecimento sem aplicação prática prevista; exploratória, quanto aos seus fins, já que explora conhecimentos de Keynes e Schumpeter para novo enfoque sobre o assunto; e bibliográfica quanto aos procedimentos, posto que utiliza a literatura dos referidos autores para gerar a resposta ao problema de pesquisa.

A estrutura da apresentação do conteúdo nesse artigo subdividiu-se em cinco partes, incluindo esta introdução. Na segunda, expõe-se os elementos fundamentais das teorias de Keynes e Schumpeter. Na terceira trata-se dos aspectos essenciais da pesquisa, em que é apresentada a proposta de um pensamento híbrido entre os autores e suas associações com a política econômica. Já na quarta parte exibiram-se as divergências teóricas dos autores perante as convergências. Na quinta e última, estão as considerações finais.

1 Revisitando Keynes e Schumpeter

Keynes (1996) apresentou uma teoria cujos três princípios basilares são: 1) Demanda Efetiva, ou seja, a noção de que é a decisão de gasto dos agentes econômicos que determinará os rumos da Economia e que passa pelo crivo subjetivo das expectativas; 2) Efeitos Cumulativos, sintetizados pelo multiplicador de gastos, que implica que as decisões de gasto e de investimento terão efeito proporcionalmente maior que seu montante original e que os efeitos serão sentidos na economia de maneira gradativa; 3) Estado Anticíclico, noção de que o governo tem a capacidade de agir contrariamente à tendência seguida pela iniciativa privada, de modo a atuar de forma expansiva, mesmo durante as recessões econômicas – exatamente para revertê-las.

A demanda efetiva é uma teoria, inclusive compartilhada na essência por outros autores como Karl Marx e Michal Kalecki, que propõe um argumento mais objetivo que fundamenta a decisão de investimento das firmas. Segundo Keynes (1996), a expectativa empresarial de ampliação da sua demanda no futuro depende da propensão a consumir e da renda disponível dos consumidores, sendo isso que motivará as decisões de longo prazo de investimentos. Ao mesmo tempo, as decisões de investimento passadas representam demanda no presente (sob forma de renda para os trabalhadores e produtores de bens intermediários), o que demonstra o caráter ambíguo dos investimentos por expandirem tanto a oferta quanto a demanda agregada.

Os efeitos cumulativos são representados pelo multiplicador do investimento, que estima o impacto quantitativo mais do que proporcional sobre a renda agregada resultante do investimento. Vale destacar que essa desproporção se manifesta tanto durante a prosperidade, quanto durante as recessões – quando os investimentos se reduzem e conseqüentemente a renda agregada também se reduz.

E, por fim, a capacidade anticíclica do Estado surge dos efeitos cumulativos do investimento aliados a capacidade de este agir contrariamente à tendência do setor privado. Ao Estado deve interessar estabilizar o nível de demanda na economia, a fim de evitar ou reverter as crises econômicas. Assim, ele deve aumentar os gastos e o nível de investimentos públicos quando os investimentos privados estiverem reduzidos como forma de elevar a demanda efetiva e estimular expectativas otimistas no setor privado.

Frisa-se que para Keynes (1996) os investimentos públicos não têm, *a priori*, uma maior capacidade multiplicadora quando comparados aos investimentos privados; nem que o Estado tenha, necessariamente, uma maior capacidade de coordenação de investimentos do que as empresas privadas. Entretanto, Keynes aponta a capacidade anticíclica do Estado em razão do seu interesse em manter a estabilidade econômica do país e da sua capacidade de recuperar, ao menos em parte, os gastos com investimento através do aumento da receita tributária decorrente da ampliação da renda gerada pelo seu próprio investimento.

Em síntese, para Keynes (1996) a decisão de investir das empresas depende do volume que elas esperam de demanda no futuro. Mas o volume de demanda depende da efetivação do gasto em consumo de parte da renda dos consumidores, o que não pode ser previsto com exatidão pelas firmas. Esta imprecisão não diz respeito a riscos ou cálculos probabilísticos, mas sim aos fatores subjetivos que motivam as ações dos consumidores e à falta de conhecimento pleno dos agentes econômicos. O resultado é uma oscilação constante no volume de gasto efetivo de economia, tanto sob a forma dos

investimentos privados, quanto sob a forma dos gastos dos consumidores. Os momentos de baixa na decisão de investir representam desaceleração no ritmo de crescimento da economia que, ao persistir, pode dar início às recessões econômicas.

Vale destacar, ainda, que Keynes, em sua Teoria Geral, não procura formular uma teoria clara sobre Crescimento Econômico. Na verdade, o autor analisa a dinâmica da demanda e do emprego (como se sugere no próprio título) que pode ser aproximada a uma teoria de crescimento econômico, conforme Pereira e Gonçalves (2015, p.11 *apud* Furtado, 1968): “o crescimento econômico é um fenômeno essencialmente de aumento da produtividade da força de trabalho”.

Já Schumpeter (1997), fundamenta sua teoria em dois elementos primordiais: o processo de inovação e o ciclo econômico que decorre deste. A inovação é um processo complexo, pois depende da combinação sensível entre um Empresário, ou seja, agente econômico inventivo, capaz de agir dentro do processo econômico de maneira diferente e mais eficiente que a habitual; a Inovação propriamente dita, que pode se manifestar como uma nova mercadoria/qualidade ou uma nova forma de produzir ou comercializar; e do Crédito, recursos financeiros produzidos pelo sistema bancário com a finalidade específica de financiar as inovações.

Para o autor, o processo de inovação é o elemento característico do capitalismo que rompe com o elemento estático descrito pelos economistas clássicos. É ele o responsável pelo fenômeno do desenvolvimento econômico que leva, a longo prazo, a melhoria de qualidade de vida da população (SCHUMPETER, 1961). Ele, porém, traz consigo o fenômeno da destruição criadora, processo pelo qual o novo (e melhor) substitui o velho (e pior) e que gera, ao menos no curto prazo, efeitos perversos como desemprego e inflação, mas cujo saldo líquido é positivo a longo prazo (desenvolvimento).

O ciclo econômico, na visão de Schumpeter (1961), nada mais é do que a materialização empírica da destruição criadora. A fase ascendente do ciclo representa a entrada de inovações no mercado, que trazem consigo mais emprego, mais renda e inflação dada a disputa por recursos no mercado de fatores de produção. A sua fase descendente representa as consequências da disputa por mercado em que os vitoriosos (mais eficientes) eliminam os derrotados (menos eficientes) e que há a liquidação dos créditos que financiaram as inovações, o que reduz emprego e o nível de preços.

Em síntese, Schumpeter (1997) propõe um modelo teórico segundo o qual as empresas (com ênfase no protagonismo dos empresários como agentes individuais) deliberadamente se esforçam para produzir ou comercializar de maneira distinta do habitual. Esse esforço é o ato de inovar, apresentado pelo autor como o motor do desenvolvimento capitalista. Assim como a decisão de investir em Keynes, a decisão de inovar em Schumpeter também depende de fatores subjetivos. Entre estes fatores figuram elementos como o desejo de criar e o anseio pela conquista, mais importantes para os empresários que o próprio lucro. Além desses fatores, que estimulam a atividade dos empresários, fatores institucionais podem obstaculizar a decisão de inovar como, por exemplo, a oposição cultural das classes dominantes e a legislação. O resultado é que a decisão de inovar dos empresários e o impulso desenvolvimentista da economia são oscilantes ao longo do tempo.

A partir do exposto, algumas semelhanças podem ser apontadas entre Keynes (1996) e Schumpeter (1997). A primeira delas é a franca oposição ao paradigma clássico e neoclássico de agente representativo de comportamento homogêneo e previsível ao longo do tempo, em razão de aspectos subjetivos que motivam a decisão destes agentes econômicos. A segunda delas é que o impulso fundamental da expansão econômica (crescimento na visão de Keynes e desenvolvimento na perspectiva de Schumpeter) passa pela decisão dos empresários quanto ao investimento (com vistas a atender o crescimento da demanda futura ou com vistas à inovação).

Dessa forma, um modelo teórico que aproxima as teorias de Keynes e de Schumpeter torna-se mais plausível do que pareceria à primeira vista. Por exemplo, que a efetivação de maiores volumes de investimento aproxima, no curto prazo, a economia do patamar de pleno emprego da capacidade produtiva. Nesta situação há um acirramento na competição entre firmas, já que há um número maior de ofertantes no mercado (ou o mesmo número de ofertantes, porém com maiores volumes de produção) criando um ambiente, como o próprio Keynes (1996) apontava, de otimismo generalizado. Esse otimismo pode servir de estímulo adicional aos impulsos subjetivos da decisão de inovar dos empresários, bem como pode reduzir, ao menos em parte, a oposição das classes dominantes à ação criativa do empresário inovador. Já no longo prazo, os investimentos terão atingido sua maturidade e exercerão seu efeito expansivo sobre o potencial produtivo da economia. Assim, criariam espaço para uma nova fase de crescimento, para que se persiga, efetivamente, este novo volume de produção. Por sua vez, isso pode novamente criar um ambiente de otimismo e com isso estimular a ação inovadora dos empresários.

2 Keynes e Schumpeter: integração de conhecimento e política econômica

É possível apresentar como razão para integrar as teorias de Keynes e de Schumpeter alguns elementos. Inclusive, Bresser-Pereira (1992) define que o desenvolvimento econômico depende tanto da reorganização dos fatores empregados quanto do aumento na proporção de capital. Ideia que combina a ênfase qualitativa de Schumpeter (inovação) com a ênfase quantitativa de Keynes sobre crescimento (investimento). Além disso, Bresser-Pereira (1992) também destaca que a decisão de inovar do empresário schumpeteriano é simultaneamente a decisão de investir presente na obra de Keynes. Ademais, pode-se acrescentar que:

É o empresário que realiza o potencial produtivo que se encontra desarticulado entre o sistema econômico atual e o possível. O aparecimento de indivíduos com estas características e atribuições não é previsível (estatisticamente). O mundo aqui é semelhante ao da incerteza keynesiana (CRUZ, 1988 p. 435).

Essa passagem permite alinhar a busca pelo pleno emprego promovida pela teoria de Keynes (1996) à luta pelo desenvolvimento promovida pela teoria de Schumpeter (1997). Também é possível fazer uma aproximação entre a figura do inovador e do investidor a partir de Cruz (1988, p. 442-443): “o investidor keynesiano também não se satisfaz com a racionalidade hedonista, dada a ênfase nos ‘espíritos animais’ que estão por trás do comportamento do investidor”.

Conforme Burlamaqui e Proença (2003, p. 94), “a presença de agentes econômicos com poder de escolha, mas também submetidos às dificuldades da escolha, significa que eles são criativos e, simultaneamente, conscientes de que podem errar”. Isso permite, novamente, alinhar os argumentos de Keynes e Schumpeter.

Dessa forma, um pensamento híbrido entre Schumpeter e Keynes se fundamenta na perspectiva de que é possível que o crescimento econômico crie um ambiente institucional favorável ao desenvolvimento, embora os dois fenômenos sejam caracteristicamente distintos entre si. Vale ressaltar, contudo, que a efetivação do crescimento econômico não é garantia da efetivação de um processo de desenvolvimento econômico.

Também cabe destacar uma divergência entre os autores para, então, reaproximá-los: Keynes (1996) enfatiza o aspecto quantitativo dos investimentos como forma de manter elevada a demanda efetiva na economia. Já Schumpeter (1997) enfatiza o aspecto qualitativo dos investimentos empresariais em inovação, como forma de romper com os métodos tradicionais de produção.

Um modelo híbrido Schumpeter-Keynes propõe que o aspecto qualitativo dos investimentos possa representar um efeito adicional sobre o multiplicador da renda proposto por Keynes (1996). Esse efeito adicional vem dos ganhos de eficiência e de produtividade dos investimentos inovadores, sobre os quais Keynes relega menos ênfase dentro da lógica do multiplicador. Assim, à luz de Keynes e de Schumpeter, o efeito dos investimentos sobre a renda pode ser visto da seguinte maneira:

$$\Delta Y = \Delta I \cdot (k' + s') \quad (1)$$

Em que ΔY é o crescimento da renda; ΔI é o aumento dos investimentos planejados (acima da depreciação); k' é o multiplicador da renda³; s' representa os ganhos de eficiência oriundos da inovação.

Como aponta Keynes (1996), k' é maior do que a unidade – portanto, variações no investimento causam variações mais que proporcionais sobre a renda. Quando houve desenvolvimento, no sentido descrito por Schumpeter (1997), houve inovação e, portanto, s' é maior que zero. Dessa forma, um pensamento híbrido Schumpeter-Keynes considera/representa tanto os efeitos quantitativos dos investimentos quanto seus efeitos qualitativos.

Quanto às temáticas sobre o ciclo econômico e a intervenção pública do Estado, as teorias de Keynes e de Schumpeter possuem atrito entre si. Em primeiro lugar, aponta-se como divergência a origem do ciclo econômico. Para Keynes (1996), trata-se de um choque de expectativas dos agentes. Já para Schumpeter (1997) é o resultado inescapável da concorrência e do processo dialético de desenvolvimento econômico.

Conforme Keynes (1996), o ar de otimismo ou pessimismo no presente, resultado das decisões passadas de produção e investimento, afetam as projeções futuras dos agentes econômicos. Essas projeções, fundamentadas em escassa base material e em base imaterial bastante volúvel, podem se manifestar frustradas no futuro: o que representa um choque de expectativas. No modelo teórico de Keynes, o choque de expectativas pode ser visto como uma força externa ao sistema já que, a princípio, pode acontecer mesmo que as demais variáveis do sistema se mantenham inalteradas.

³ Conforme Keynes (1996), $k' = \frac{\Delta Y}{\Delta I}$, em que Y é a renda nacional e I o montante de investimento.

O resultado do choque é uma reversão de tendências, ou seja, a passagem de uma interpretação otimista (pessimista) para uma interpretação pessimista (otimista) sobre o futuro. Dessa forma, os planos de produção e de investimentos das firmas serão modificados para se adequar às novas projeções do futuro (principalmente estes últimos, já que o volume de produção tende a ser mais constante). Na medida em que há mudança nas decisões de investir, e que estas se generalizam para outros setores da economia através da mudança no volume de emprego e consumo, tem-se a oscilação no nível de atividade produtiva que caracterize o movimento de ciclo econômico.

A resposta à oscilação econômica proposta por Keynes (1996) se sustenta, então, no combate ao choque de expectativas dos empresários, feito através da ação anticíclica do Estado. A resposta se dá de duas maneiras. Uma objetiva, via política fiscal, através da expansão do gasto público como forma de alavancar a demanda efetiva – em especial sob a forma de investimentos, pois estes geram emprego e renda imediatamente. Outra subjetiva (que pode se manifestar, seja via política fiscal, seja via política monetária), funcionando como uma âncora de expectativas, já que a intervenção pública confere algum grau de estabilidade frente à existência de renda e de emprego, o que pode repercutir positivamente sobre as expectativas empresariais.

Schumpeter (1961) aponta causa diversa para o ciclo econômico. Para ele, a decisão de inovar leva a um tipo diferente de concorrência no mercado: a disputa entre as velhas mercadorias e os velhos métodos de produção contra os produtos e os métodos inovadores efetivamente postos no mercado. Tal fenômeno é a destruição criadora⁴ que se materializa na recessão econômica: falência de empresas e aumento do desemprego, resultado da derrota de parcela das antigas firmas através desta concorrência.

Assim, a oscilação do ciclo econômico é resultado da própria dinâmica do desenvolvimento econômico (dialética). É, portanto, resultado de forças internas do sistema capitalista. Em razão disso, Schumpeter (1997) é crítico à intervenção pública do Estado na economia, em especial sob a forma de política fiscal expansionista, já que combater a fase recessiva do ciclo econômico seria combater a própria dinâmica capitalista.

⁴ Vale destacar que o termo destruição criadora foi cunhado na obra *Capitalismo, Socialismo e Democracia*, originalmente publicado em 1942, e não aparece explícito na *Teoria do Desenvolvimento Econômico*, originalmente publicada em 1911 – mas a essência dessa ideia já era presente nesta.

Contudo, Schumpeter (1997) reconhece que, pelo menos em parte, as recessões se devam às forças externas ao sistema (ou sejam por ela enfatizadas). Sobretudo o pessimismo e a especulação como mecanismo de defesa das firmas frente às incertezas podem afetar as decisões dos empresários em meio às crises. Essas particularidades levam Schumpeter a uma interpretação diversa em relação à eficácia da política monetária, em comparação à política fiscal. Para o autor, uma vez que a autoridade monetária seja munida de conhecimento técnico adequado, ela pode ser capaz de selecionar de forma eficiente a concessão de crédito às firmas mais aptas, bem como identificar e combater movimentos especulativos que forem danosos ao desenvolvimento econômico.

Um pensamento híbrido entre Schumpeter e Keynes propõe ponderação quanto à dualidade volume/qualidade dos investimentos. O planejamento da intervenção pública, como propõe Keynes, enfatiza o aspecto puramente quantitativo dos investimentos, como mecanismo de manutenção da demanda efetiva e da possibilidade de crescimento econômico, o que pode se tornar prejudicial (embora, o próprio Keynes proponha que deva haver equilíbrio orçamentário na medida do possível) ao orçamento público.

Acrescer a perspectiva de Schumpeter à política fiscal expansionista significa enfatizar o aspecto qualitativo dos investimentos públicos. Nesse caso, há preocupação não apenas com a capacidade de o investimento alavancar a demanda efetiva, mas também com a capacidade destes investimentos modernizarem a estrutura produtiva, criando oportunidades para a ação criativa dos empresários. Além disso, a ênfase da qualidade dos investimentos significa também distinguir quais setores da economia nacional têm maior efeito multiplicador da renda, o que resulta em um efeito quantitativo adicional (o que por sua vez pode ter efeito positivo também sobre o financiamento e a própria manutenção da política fiscal).

3 Comparando Keynes e Schumpeter

O quadro abaixo faz uma síntese dos principais elementos ontológicos das teorias de Keynes e Schumpeter apontados na seção anterior. Meritório destacar que os escritos dos autores não se limitam ao apontado no presente artigo, mas os aspectos revisitados resumem a complexidade das teorias originais, aproximando-as conforme os objetivos ilustrados na introdução desta pesquisa.

Quadro 1 – Síntese comparativa entre Schumpeter e Keynes

	Schumpeter	Keynes
Área de Concentração	Desenvolvimento econômico	Crescimento econômico
Objeto Principal	Inovação	Expectativa
Princípio Fundamental	Destruição criadora	Demanda efetiva
Foco Temporal	Longo prazo	Curto prazo
Papel do Governo	Capaz de evitar ou minimizar recessões	Responsável por garantir demanda efetiva através de políticas anticíclicas

Fonte: elaboração própria a partir de Keynes (1996) e de Schumpeter (1997).

No quadro 1 consta que existem divergências entre os autores. Divergências que decorrem, em especial, de o fato dos autores versarem sobre problemas distintos: crescimento econômico e desenvolvimento econômico. Isso os leva a enfatizar um recorte temporal diverso: curto prazo e longo prazo. Além disso, eles não concentram sua atenção no mesmo fenômeno fundamental. Enquanto Keynes (1996) enfatiza o problema da mudança de expectativa dos agentes como elemento com poder de influência sobre a demanda efetiva, Schumpeter (1996) enfatiza o fenômeno da inovação como responsável pela destruição criadora, de tal modo que os autores passam a ver o papel da intervenção do Estado de maneira diversa. Contudo, o objetivo neste artigo foi o de apresentar alguns aspectos comuns entre as teorias de Keynes e Schumpeter que corroborem para um alinhamento conjunto de suas ideias, de sorte que as divergências entre suas teorias sejam menos significativas.

Ademais, enquanto Keynes (1996) aborda um problema de natureza fundamentalmente quantitativa que é o crescimento econômico, Schumpeter (1997) enfatiza um problema de natureza qualitativa que é o desenvolvimento econômico. Quanto à esta noção schumpeteriana, cabe o seguinte adendo: o austríaco adota um conceito mais abrangente do fenômeno quando comparado aos demais autores ortodoxos de sua época, mas ainda não englobava aspectos sociais, como as desigualdades (étnica, de gênero, de renda, regional e outras), a questão da melhoria na qualidade da educação e os impactos ambientais, como a poluição, por exemplo.

O horizonte temporal das análises é outro ponto de desencontro entre os autores. Schumpeter (1997) privilegia o longo prazo, em conformidade com as correntes ortodoxas de pensamento, como forma de analisar o processo de desenvolvimento de maneira ampla, identificando seu início, desenrolar e conclusão. Keynes (1996) concentra-se no curto prazo, com vistas a identificar as mudanças de tendência (pontos de inflexão) a serem combatidas pela intervenção pública de maneira anticíclica.

Por um lado, Schumpeter (1997) prioriza o papel do inovador individual no processo de desenvolvimento (que terá importância relativizada em seu *Capitalismo, Socialismo e Democracia*). Por outro lado, Keynes (1996) concentra sua análise no papel interventor do Estado, em parte pela sua capacidade (e, segundo o autor, necessidade) de agir de maneira contrária à tendência da iniciativa privada e em parte pela sua capacidade de financiar, ao menos em parte, a partir dos ganhos na arrecadação tributária originados pelo próprio gasto com investimento.

Cabe, ainda, lembrar o contexto histórico em que os autores escreveram suas obras: a primeira metade do século XX, sendo um período tão conturbado que levou os dois autores a publicarem obras que, cada uma a seu modo, afastavam-se do *mainstream* teórico da época. E, mesmo assim, as obras apresentaram divergências entre si, denotando existirem múltiplas possibilidades de digressão em relação ao então pensamento consagrado da época – a Ortodoxia.

Considerações finais

Em síntese, apontam-se algumas considerações. Em primeiro lugar, é possível alinhar os autores num pensamento híbrido. Não se trata de afirmar que inexistem divergências teóricas entre as obras de Keynes e Schumpeter, mas de propor que elas possuem alguns elementos complementares entre si, mais importante do que as divergências apontadas. Além disso, parte das divergências também serve para produzir um pensamento híbrido, pois se as teorias não tivessem divergências, não se poderia produzir nada de novo ao combiná-las. Explica-se: é exatamente o fato de Keynes analisar os elementos do crescimento econômico e de Schumpeter analisar os elementos do desenvolvimento econômico que permite a distinção dos dois fenômenos e, a partir disso, aproxima-os numa tese conjunta dos seus argumentos.

Em segundo lugar, reconhecer que crescimento econômico e desenvolvimento são fenômenos distintos é útil tanto do ponto de vista acadêmico quanto do ponto de vista prático, pois proporciona fundamento teórico para a propositura de diferentes alternativas de políticas econômicas e perseguição de objetivos mais complexos e de maior e/ou melhor efeito. Ademais, o modelo híbrido destacou as vantagens da combinação de elementos teóricos como forma de fortalecer cada um deles individualmente: como se percebe na união do elemento investimento com o elemento inovação, com vistas à efetivação simultânea de crescimento e desenvolvimento.

Em terceiro lugar, vale destacar que o fenômeno da inovação descrita por Schumpeter pode representar um bônus adicional ao multiplicador descrito por Keynes. A equação (1) não teve a intenção de corroborar uma das teorias, teve apenas a intenção teórica de melhor ilustrar esta ideia do modelo híbrido.

Em quarto lugar, reconhecer diferentes causas para o ciclo econômico viabiliza o melhor entendimento sobre a necessidade e forma de atuação do setor público frente às crises. Diferentes crises podem ter causas diversas, o que pede respostas distintas por parte do Estado. Keynes e Schumpeter propõem dois exemplos específicos de crise (choque de expectativa e destruição criadora), o que os leva a propor formas diferentes de atuação Estatal. Adotar resposta adequada a cada problema específico é mais uma das vantagens de se combinar as ideias dos autores.

Em quinto lugar, reitera-se que a ênfase qualitativa de Schumpeter pode ser mais benéfica ao planejamento dos investimentos públicos, pois acrescenta à perspectiva de Keynes maior preocupação com relação ao retorno positivo dos investimentos e equilíbrio orçamentário e, conseqüentemente, à manutenção da própria política. Além disso, aliar a preocupação com ambos os cortes temporais, curto prazo e longo prazo, bem como reconhecer as diferenças e gradualidade de seus efeitos representa uma maneira de estimular políticas públicas mais responsáveis, que busquem analisar custos e benefícios de sua adoção de maneira ampla. Isso pode resultar em proposição e implementação de políticas que sejam mais eficientes e mais eficazes em cumprir o seu papel.

Referências

BRESSER-PEREIRA, Luiz Carlos. Desenvolvimento econômico e o empresário.
Revista de Administração de Empresas, São Paulo, v. 32, n. 3, p. 6-12, jul/ago, 1992.

BURLAMAQUI, Leonardo; PROENÇA, Adriano. Inovação, recursos e comprometimento: em direção a uma teoria de estratégia da firma.
Revista Brasileira de Inovação, Rio de Janeiro, v. 2, n. 1, p. 79-110, jan/jun, 2003.

CRUZ, Hélio Nogueira da. Observações sobre a mudança tecnológica em Schumpeter.
Estudos Econômicos, São Paulo, v. 18, n. 3, p. 433-448, 1988.

KEYNES, John Maynard [1936]. **Teoria Geral do Emprego, do Juro e da Moeda**.
São Paulo: Nova Cultural, 1996.

PEREIRA, Hugo Carcanholo Iasco; GONÇALVES, Flávio de Oliveira. O Crescimento Econômico em Nicholas Kaldor e o Subdesenvolvimento em Celso Furtado: Progresso Tecnológico, Distribuição de Renda e Dualismo Estrutural. *In*: XI Congresso Brasileiro de História Econômica e 12ª Conferência Internacional de História de Empresas. Vitória, Espírito Santo: Universidade Federal do Espírito Santo, 2015.

PRODANOV, C. C; FREITAS, E. C. de. **Metodologia do trabalho científico: métodos e técnicas da pesquisa e do trabalho acadêmico**. Novo Hamburgo: Feevale, 2013.

SCHUMPETER, Joseph Alois [1911]. **Teoria do Desenvolvimento Econômico**.
São Paulo: Nova Cultural, 1997.

SCHUMPETER, Joseph Alois [1942]. **Capitalismo, Socialismo e Democracia**.
Rio de Janeiro: Fundo de Cultura, 1961.